

97
10/6/97 A-3
27

■ OPINIÃO

A complexa encruzilhada amazônica

Washington Novaes *



A edição da última sexta-feira deste jornal dá conta de que o Ibama abrirá em julho próximo licitação para empresas interessadas na “exploração sustentável” da Floresta Nacional do Tapajós (nativa), uma área de 685 mil hectares, na qual será permitida extração de madeiras em mil hectares por ano durante cinco anos. A produção estimada é de 40 mil metros cúbicos por ano, que serão vendidos com certificação do Forest Stewardship Council, instituição que tenta estabelecer regras para o comércio internacional de madeira, de modo a conciliá-lo com a preservação da biodiversidade das florestas tropicais. Ainda neste ano, haverá licitação semelhante também para a Floresta Nacional do Jamari e mais três licitações em 1998 em outras florestas nacionais (são

Na Floresta Nacional do Tapajós, com exploração controlada, planeja-se o aproveitamento das madeiras mais “nobres”

39, com área total de 12,5 milhões de hectares; pretende-se demarcar mais 40 milhões). Nessa Floresta Nacional do Tapajós planeja-se, com uma exploração controlada, que possa levar inclusive ao aproveitamento das madeiras menos “nobres”, conter o avanço da devastação indiscriminada na floresta amazônica e o desperdício que acontece na exploração seletiva das madeiras mais valorizadas (mogno e virola, principalmente), quando as demais são erradicadas desnecessariamente. O Pará — diz o Instituto do Homem e do Meio Ambiente — extrai anualmente 13 milhões de metros cúbicos de madeira em 520 mil hectares, quando poderia ter o mesmo resultado em 273 mil, com exploração racional.

Dará certo o novo caminho?

A preocupação é mais que justa e

oportuna. Como demonstrou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, entre 1991 e 1994 (último dado), a taxa anual de desmatamento na Amazônia cresceu mais de 30%, passando de uns 11 mil quilômetros quadrados para mais de 14 mil ao ano. Isso quer dizer quase 4.500 hectares por dia útil, com o resultado final de uns 15% da floresta já removidos.

Pelo ângulo econômico, a questão é vital. O Brasil já exporta cerca de US\$ 1,3 bilhão anuais de madeiras, dos quais 40% da Amazônia, onde se extraem 50 milhões de metros cúbicos por ano. Internamente, o setor também é expressivo, seja em termos de produção, seja de empregos. E o valor potencial da floresta, só no Estado do Amazonas, foi estimado pelo economista Ronaldo Bonfim (Gazeta

Mercantil, 14/4/96) entre US\$ 225 bilhões e US\$ 315 bilhões (entre US\$ 50 e US\$ 70 por metro cúbico). Em todo o Norte do País são 246 milhões de cobertura

florestal potencialmente produtiva. Mas só há “manejo sustentável” em poucas áreas (no Pará, só em seis dos quarenta pólos florestais, segundo a Gazeta Mercantil, 27/9/96). E a espécie mais nobre, o mogno, já foi incluída entre as ameaçadas de extinção.

Um relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos antecipado por este jornal no último dia 28 revela um quadro extremamente preocupante, pois confirma que 80% da madeira é extraída na Amazônia de forma ilegal e predatória, com uma taxa de desperdício entre 60 e 70%, sem preocupação com a biodiversidade e favorecendo o contrabando de extratos vegetais e a desvalorização do produto. Por isso, será indispensável, com o

controle da exploração, promover a valorização do produto e a internalização do valor de uso e, com isso, gerar maior valor agregado. Seria também a única forma de impedir a exploração predatória por empresas de outros países, associadas a pequenas empresas brasileiras e até se beneficiando de incentivos fiscais e créditos do Finam, da Sudam, do Basa, da Sufrema (embora na verdade só promovam o manejo sustentável em 2 mil dos 508 mil hectares que controlam).

Ampliar as florestas públicas, organizar os pequenos extratores em cooperativas, concluir o zoneamento ecológico-econômico e “reorientar o modelo agropecuário” seria, na visão da SAE, outro caminho adequado.

Organizações não-governamentais e cientistas têm feito muitas críticas às posturas oficiais, inclusive essas — lembrando, por exemplo, que macrozoneamentos em escala inadequada não caracterizam suficientemente os vários ecossistemas e as diversas fisionomias que há em cada um deles e que podem até facilitar a devastação. Ou colocando em dúvida a capacidade governamental de exigir e assegurar a preservação da biodiversidade — tarefa muito complexa em cada área de manejo.

Também o caminho da certificação de madeiras não é pacífico, está longe da aprovação unânime. Alguns de seus críticos argumentam que a maior parte das operações com madeira nos EUA e na Europa não é com produtos certificados. Até mesmo porque o “manejo sustentável” nas florestas tropicais abrangeria pouco mais de

um milésimo das áreas exploradas. Seria necessário um esquema de certificação mundial para funcionar.

Além do mais, como demonstram vários estudos, inclusive das Nações Unidas, a extração de madeiras só responde por 10% da devastação de florestas tropicais. Os outros 90% ficam por conta do avanço da fronteira na agricultura e na pecuária (onde, segundo o cientista Philip Fearnside, as propriedades com mais de 100 hectares respondem por 70% da devastação). O desmatamento serve inclusive para gerar recursos a serem aplicados no plantio e na criação. E a madeira extraída é utilizada na sua maior parte como combustível (basta ver a participação importante que a madeira ainda tem na matriz energética brasileira).

Um dos especialistas mais respeitadas nessa área, Richard Rice, da Universidade de Michigan e da Conservation International, tem sugerido que os governos deveriam taxar as empresas exploradoras de madeira pelo seu patrimônio florestal, e não pela madeira extraída. Essa mudança, diz ele, as levaria a excluir de seus planos de manejo as áreas marginais, menos rentáveis — e elas teriam sua conservação garantida por esse caminho fiscal. Porque os projetos de reposição de espécies extraídas, acredita o cientista, não garantem a sustentabilidade, já que a teia da biodiversidade é muito complexa, cada espécie está inserida em vastas cadeias reprodutivas e alimentares que se entrelaçam e que é preciso conservar na sua integridade.

Segundo Rice, as experiências realizadas com manejo “sustentável” de florestas no México pelo Forest Stewardship Council (que financiou os estudos do governo brasileiro para o projeto piloto no Tapajós) não deram bons resultados. E na Guatemala foram suspensas antes de levadas à prática.

Mais recentemente, Rice e dois outros cientistas — Raymond Gullison, do Imperial College of Science, Technology and Medicine de Londres, e John W. Reid, da Universidade de Harvard e da Conservation International — apresentaram outro estudo conjunto que fizeram na Floresta de Chimanes, na Bolívia, onde se desenvolveu um projeto de manejo sustentável da extração de mogno, financiado pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO). Suas conclusões não são animadoras.

Na verdade, geram perplexidade: o manejo sustentável do mogno seria, por várias razões (que exigiriam muito espaço para serem explicadas aqui), duas a cinco vezes mais prejudicial que a exploração sob as formas tradicionais, não controladas!

Além do mais, as empresas — explicam eles — não têm incentivos para promover o manejo sustentável, nem se interessam por explorar outras espécies ou pelo replantio. Diluir o aproveitamento em espaços de tempo maiores não compensa financeiramente: retirar a madeira rapidamente e investir o dinheiro no mercado financeiro rende mais (uns 17% ao ano) que a valorização do mogno (1% ao ano) e o ganho em volume de madeira com o crescimento (4% ao ano). E conservar estoque implica riscos de perda por incêndio, inundações, ventos, etc.

Os governos deveriam taxar as empresas exploradoras de madeira pelo seu patrimônio, e não pela madeira extraída

No final das contas, a exploração irrestrita seria duas a cinco vezes mais rentável que a controlada e devastaria menos, pois a segunda retira mais madeira (embora tenha outras vantagens, como a preservação maior da fauna). A certificação também não seria garantia, já que o consumidor — mostra a experiência — não está disposto a pagar mais de 10% além do preço da madeira não certificada.

Suas sugestões: associar o manejo sustentável com fundos para proteção e regeneração da biodiversidade, a juros favorecidos; preservar grandes áreas dentro e ao redor das áreas de manejo, principalmente em encostas e outros lugares de exploração difícil, usando, para isso, de estímulos fiscais e outras vantagens.

Mas a sugestão mais importante é

a de rever as políticas agropecuária e de transportes, pois o avanço das fronteiras agropecuárias, a implantação de rodovias e os planos de colonização

têm sido muito mais devastadores (90% ante 10%) que a simples extração de madeira. E aí o carro pega no Brasil, pois o conjunto das políticas pouco ou quase nada tem a ver com a política ambiental. Ao contrário, estimula tudo o que tem favorecido a devastação.

A perplexidade pode ser paralisante. Mas também pode ser o ponto de partida para uma discussão ampla, que, partindo dos questionamentos já levantados, seja capaz de envolver, além do governo e da área empresarial, os cientistas, as ONGs e quem mais queira. Talvez dê, além do respaldo social, mais segurança.

* Jornalista.